



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 810, DE 2023**

**(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)**

Altera a Lei nº 9.605, de 1998, para dispor sobre a utilização de meios de transporte e maquinários apreendidos em infrações ambientais.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-388/2022.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete Do Deputado Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)

**PROJETO DE LEI Nº DE 2023**

**(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)**

Altera a Lei nº 9.605, de 1998, para dispor sobre a utilização de meios de transporte e maquinários apreendidos em infrações ambientais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para dispor sobre a utilização dos meios de transporte e maquinários apreendidos em infrações ambientais.

Art. 2º A Lei nº 9.605, de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 25-A:

Art. 25-A Constatado o interesse público, os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e maquinários apreendidos poderão ser utilizados pelos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, para o desempenho de suas atividades.

§ 1º O órgão participante das ações de investigação ou repressão da infração ambiental terá prioridade na sua utilização.

§ 2º Se o bem a que se refere o caput deste artigo for veículo, embarcação ou aeronave, a autoridade de trânsito ou órgão de

Apresentação: 02/03/2023 16:22:46.553 - MESA

PL n.810/2023



registro e controle expedirá certificado provisório de registro e licenciamento em favor do órgão público beneficiário, o qual estará isento do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores à disponibilização do bem para sua utilização, que deverão ser cobrados de seu responsável.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Nas operações de fiscalização ambiental, além da aplicação das multas, os agentes podem realizar a apreensão dentre outras coisas, de maquinários e veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

O Código de Processo Penal prevê, em seu artigo 133-A<sup>1</sup>, a possibilidade da utilização de bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos à outras medidas assecuratórias pelos órgãos de segurança pública, do sistema prisional, socioeducativo, Força Nacional de Segurança e Instituto Geral de Perícia, para o desempenho de suas atividades. Tal dispositivo foi incluído por meio da Lei nº 13.964/2019, o chamado Pacote Anticrime.

---

1 Art. 133-A. O juiz poderá autorizar, constatado o interesse público, a utilização de bem sequestrado, apreendido ou sujeito a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública previstos no [art. 144 da Constituição Federal](#), do sistema prisional, do sistema socioeducativo, da Força Nacional de Segurança Pública e do Instituto Geral de Perícia, para o desempenho de suas atividades. [\(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º O órgão de segurança pública participante das ações de investigação ou repressão da infração penal que ensejou a constrição do bem terá prioridade na sua utilização. [\(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 2º Fora das hipóteses anteriores, demonstrado o interesse público, o juiz poderá autorizar o uso do bem pelos demais órgãos públicos. [\(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 3º Se o bem a que se refere o **caput** deste artigo for veículo, embarcação ou aeronave, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento em favor do órgão público beneficiário, o qual estará isento do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores à disponibilização do bem para a sua utilização, que deverão ser cobrados de seu responsável. [\(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 4º Transitada em julgado a sentença penal condenatória com a decretação de perdimento dos bens, ressalvado o direito do lesado ou terceiro de boa-fé, o juiz poderá determinar a transferência definitiva da propriedade ao órgão público beneficiário ao qual foi custodiado o bem.



A Lei de Drogas também prevê dispositivo semelhante, que autoriza a utilização temporária de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados na prática dos crimes previstos na Lei nº 11.343/2006.

Nesse contexto, o que se pretende com o presente Projeto de Lei é autorizar o uso de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e maquinários pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

Conforme consta da proposição, o órgão participante das ações de investigação ou repressão da infração ambiental terá prioridade na sua utilização. Além disso, existe a previsão de que, quando o bem for veículo, embarcação ou aeronave, a autoridade de trânsito ou órgão de registro e controle expedirá certificado provisório de registro e licenciamento em favor do órgão público beneficiário, o qual estará isento do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores à disponibilização do bem para sua utilização, que deverão ser cobrados de seu responsável.

Diante do exposto e da importância da proposta, solicito apoio dos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 02 de março de 2023.

**Dorinaldo Malafaia**  
Deputado Federal (PDT/AP)



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 Art. 25-A	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-02-12;9605">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-02-12;9605</a>

**FIM DO DOCUMENTO**